

Polêmica marca votação do processo contra Renan no Conselho de Ética

Leomar Quintanilha informa que, na reunião prevista para as 10h, optará pelo voto secreto, mas Renato Casagrande e Marisa Serrano anunciam recurso para tornar aberta a deliberação em torno da representação contra o presidente do Senado. **Página 3**



Ideli e Colombo (em primeiro plano) apresentam o novo texto a duas comissões do Senado

Comissões aprovam limite de 30 horas semanais para estágio

A jornada semanal do estagiário deve limitar-se a 30 horas, conforme proposta aprovada ontem pelas comissões de Educação e de Assuntos Sociais. Elaborado por Ideli Salvatti e Rai-

mondo Colombo, relatores da matéria, o substitutivo acolhido mantém o objetivo do projeto do governo de regulamentar o estágio de estudantes do ensino médio e superior. **Página 8**

Especialistas apóiam plantação de cana

Impacto ambiental do estímulo ao etanol como alternativa ao petróleo é analisado por subcomissão do Senado. **Página 6**

Homenagem a Getúlio nos 53 anos da morte

Presidente que “saiu da vida para entrar na história” tem seu legado político destacado por senadores. **Página 7**

Mais recursos para municípios

Plenário aprova proposta de emenda à Constituição que aumenta o FPM. Estima-se que municípios receberão R\$ 1,8 bilhão a mais em 2008

O Plenário do Senado aprovou ontem o aumento do FPM em um ponto percentual (de 22,5% para 23,5%) sobre a arrecadação total da União com o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industria-

lizados. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, estima que as prefeituras receberão R\$ 1,8 bilhão a mais em 2008. A votação foi possível devido a acordo das lideranças. **Página 4**



Acordo de líderes: o Plenário lotado garantiu a votação de mudança no FPM e de indicação de autoridades

Indicação para o Supremo é acolhida pelo Plenário

Sabatinado de manhã pela Comissão de Justiça, Carlos Alberto Menezes Direito teve seu nome aprovado à noite pelo Plenário do Senado. Ele substitui o ministro Sepúlveda Pertence, que se aposenta. **Página 4**



Walter Pereira (E), Carlos Alberto Direito, Marco Maciel e Renan Calheiros durante a sabatina na Comissão de Justiça

Senado aprova pensão para hanseianos

Definida pelo senador Tião Viana como o resgate de uma dívida de 500 anos, a pensão para os hanseianos ainda deve retornar ao exame da Câmara dos Deputados. **Página 5**



Demostenes afirma que acusado de irregularidades em contratos com a Infraero não conseguiu justificar por que não declarou sua movimentação financeira

Explicações de empresário não satisfazem relator na CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo ouviu ontem Carlos Alberto Carvalho, sócio da empresa Aeromídia e acusado de irregularidades em contratos com a Infraero. O empresário negou todas as acusações feitas contra ele por Silvia Pfeiffer, com quem manteve sociedade até 2004.

Ela já havia prestado depoimento na comissão, quando denunciou suposta participação de Carvalho em irregularidades. O relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), considerou que o empresário não conseguiu se justificar. O senador afirmou que os dados das contas bancárias de

Carvalho, cujo sigilo foi quebrado pela CPI, “são contundentes,” e que ele não soube responder por que motivo a movimentação de CPMF teria “triplicado entre 2001 e 2006”, sem que houvesse modificação equivalente na declaração de renda.

Silvia Pfeiffer acusou ainda Carvalho de ter corrompido o superintendente da Infraero em Curitiba, Mário de Ururany Macedo Neto, para conseguir contratos de mídia no Aeroporto Afonso Pena. De acordo com Carvalho, os depósitos feitos pela Aeromídia para uma universidade e para a esposa de Ururany tinham como objetivo pagar contas pessoais de

Silvia Pfeiffer.

A CPI ouviu também dois representantes da corregedoria da Controladoria Geral da União (CGU): o procurador federal Alexandre Penido Duque Estrada – que examina processo sobre supostas irregularidades na concessão de terreno para um posto de gasolina nas proximidades do aeroporto internacional de Brasília – e o procurador federal Luiz Henrique Pandolfi Miranda. Este investiga processo relativo a indícios de irregularidades na contratação de corretoras de seguros pela Infraero. Eles deixaram de responder várias perguntas, argumentando que os processos não foram julgados.



Demostenes Torres (E), relator da CPI do Apagão Aéreo, ouve Carlos Alberto Carvalho

Senado poderá afastar diretores de agências



Jayme Campos

Os diretores das agências reguladoras podem ficar sujeitos a perder seus mandatos na hipótese de aprovação de um voto de censura por dois terços dos senadores. A proposta foi encaminhada ontem à Secretaria Geral da Mesa por Jayme Campos (DEM-MT), na forma de projeto de lei.

– Esse mecanismo vai restituir a importância política do Senado, a Câmara Alta do Congresso Nacional, que tem o ônus de aprovar as indicações do Executivo, mas não possui, em contrapartida, a prerrogativa de afastá-los quando não desempenham a contento suas funções – justificou o senador.

Em pronunciamento, ontem, Jayme Campos anunciou a apresentação do projeto e ressaltou a necessidade de o Senado exercer um controle mais rigoroso das agências reguladoras.

Magno Malta defende projeto que facilita adoção



Magno Malta

Durante a sessão de ontem, Magno Malta (PR-ES) destacou a presença em Plenário do juiz de Direito de Divinópolis, Núbio Barreiras; do promotor de Justiça Carlos Fortes; e da presidente do Conselho de Mulheres Empreendedoras, Denise Lara, todos de Minas Gerais, empenhados em promover alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente. O senador disse acreditar que essas pessoas poderão contribuir com sugestões para o projeto (PLS 401/05) de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que altera o estatuto para facilitar o processo de adoção.

A realização da 25ª Feira Internacional do Mármore e do Granito em Cachoeiro do Itapemirim (ES) foi registrada por Malta. Ele disse que a feira, aberta na terça-feira, estende-se até amanhã. Também em seu pronunciamento, o senador registrou a passagem, ontem, do Dia Nacional de Combate ao Fumo. “O cigarro mata 10 milhões de pessoas no Brasil por ano”, afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Seminário Nacional sobre Petróleo e Gás Natural

Das 9h às 13h, o Senado realiza – juntamente com o programa Ação Responsável, o Interlegis e a Agência de Integração à Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento

Social do Brasil – o VIII Seminário Nacional de Petróleo e Gás Natural: Responsabilidade Social Ambiental, Competitividade, Produtos e Tecnologias.

Comissão do Trabalho Escravo no Pará elege presidente

A Comissão Temporária Externa do Trabalho Escravo no Pará realiza hoje, às 12h, reunião de instalação e, em seguida, elege o presidente e vice-presidente.

CRE analisa pauta de indicações de embaixadores

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa as mensagens com as indicações de Júlio César Zelner Gonçalves para o cargo

de embaixador do Brasil na Áustria; de Anuar Nahes, para exercer o cargo no Catar; e de Valdemar Carneiro Leão Neto, na Colômbia.

Plenário faz homenagem ao Dia do Comerciante

O Plenário realiza, às 14h, sessão em homenagem ao Dia do Comerciante. Em seguida, haverá sessão deliberativa que se encontra com a pauta trancada por dois itens. Às 15h, ocorre solenidade de encerramento do Fórum Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Eptácio Cafeteira, Delcídio Amaral, José Nery e João Claudino

Quintanilha defende votação secreta, mas diz que respeitará vontade do colegiado quanto à forma de decisão sobre relatório de processo contra Renan

Conselho de Ética decidirá por voto aberto ou secreto

Depois de mais de dois meses de investigações, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, a partir das 10h, para decidir se o presidente do Senado, Renan Calheiros, faltou com o decoro parlamentar ao se valer de funcionário da empreiteira Mendes Júnior para fazer pagamentos de pensão à jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

Em entrevista dada ontem, o presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou que irá seguir parecer da Consultoria Legislativa do Senado e encaminhar o exame do relatório final por meio de votação secreta. No entanto, dois dos três relatores do caso, Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS), anteciparam sua intenção de apresentar recurso ao plenário do conselho, de modo a estabelecer a votação aberta.

– Defendo o voto secreto, mas vou respeitar a decisão do plenário [do conselho] – esclareceu Quintanilha.

Apesar da disposição do terceiro relator, senador Almeida Lima (PMDB-SE), de submeter um relatório próprio, Casagrande e Marisa entendem que o parecer de fato da comissão de investigação é o que eles irão apresentar.

– A comissão só tem um relatório, e é o que a maioria dos relatores está preparando. Este é que tem de ser votado. O sena-

dor Almeida Lima pode até ler o relatório dele, se quiser, mas não terá efeito – afirmou Marisa Serrano, em entrevista no fim da tarde de ontem.

Na terça-feira, Quintanilha chegou a afirmar que o conselho votaria “em primeiro lugar” o “relatório majoritário”. Essa declaração foi dada ainda quando se discutia se a peça final a cargo dos relatores poderia ser ou não conclusiva, ou seja, se poderia propor ou não punição a Renan. A vinculação entre voto secreto e o caráter do relatório – se descritivo ou conclusivo – foi estabelecida por um grupo de consultores legislativos da Casa, encarregados de dar um parecer sobre a forma de votação do processo no Conselho de Ética, solicitado à Consultoria do Senado por Leomar Quintanilha.

Polêmica

O entendimento dos consultores, segundo Casagrande e Marisa Serrano, foi “a gota-d’água” para o pedido de afastamento do secretário-geral adjunto da Mesa, Marcos Santi. Também de acordo com os relatores, Santi deixou o cargo por estar insatisfeito com o processo de elaboração de pareceres e outras ações demandadas a consultores e assessores durante a tramitação da representação contra Renan Calheiros.

Emitido verbalmente pelos consultores em reunião realizada na terça-feira com Quintanilha e os três relatores, o parecer acabou



Almeida Lima deve apresentar relatório próprio, favorável ao presidente da Casa



Marisa Serrano: conselho deve examinar apenas o parecer da maioria dos relatores



Casagrande anuncia que ele e Marisa apresentarão relatório conclusivo

por ser anulado pela nota técnica encaminhada ontem ao presidente do Senado, com as assinaturas de Fernando Trindade, Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Paulo Henrique Soares e Gilberto Guerzoni Filho. Como observou o próprio Quintanilha, a nota não trata da natureza do voto, se conclusivo ou não. Apenas argumenta que a Constituição é clara ao estabelecer o voto secreto, quando se trata de decidir pela cassação de mandato parlamentar. Nesse sentido, no entender dos consultores, o voto tem de ser secreto em todas as instâncias da Casa, e não apenas no Plenário, como defende Casagrande.

– Colocarei o relatório em votação na forma em que for apresentado, conclusivo ou não – informou Quintanilha, sem se referir ao relatório (ou voto em separado) de Almeida Lima.

Em outra nota, elaborada por

solicitação do líder do DEM, José Agripino (RN), e divulgada ontem, o consultor Arlindo Fernandes de Oliveira argumenta favoravelmente à votação aberta, atendendo ao princípio jurídico da transparência e publicidade nas ações legislativas. No entanto, ele observa que o Regimento Interno do Senado prevê a possibilidade de o presidente de uma comissão ou conselho decidir por transformar uma sessão aberta em fechada, o que torna o voto automaticamente secreto.

Manifestações

Defensor da inocência de Renan, o senador Wellington Salgado (PMDB-MG) declarou-se a favor do voto secreto, “em respeito às normas em vigor”, mas repudiou a idéia de um relatório apenas descritivo das apurações, como chegou a reivindicar Almeida Lima.

– Um relatório [o de Almeida

Lima] tem de ser pela absolvição e o outro [de Casagrande e Marisa Serrano], pela cassação. Não cabe um voto covarde – disse em entrevista coletiva ontem à tarde.

Logo depois, Marisa Serrano evitou antecipar as conclusões do relatório de 50 a 60 páginas elaborado em conjunto com Casagrande.

– Estamos conferindo nossas dúvidas – resumiu.

Na terça-feira, ela e Casagrande haviam enumerado o que consideravam as principais fragilidades do presidente do Senado quanto à representação: a relação com o funcionário da Mendes Júnior; a existência de um empréstimo não contabilizado da empresa Costa Dourada; a evolução patrimonial conflitante com a renda declarada ao fisco; e a incompatibilidade entre os diversos documentos utilizados para comprovar a atividade agropecuária.

Renan nega interferência sobre parecer da Consultoria Legislativa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou não ter pedido qualquer parecer ao consultor legislativo Marcos Santi. Renan leu carta de demissão de Santi do cargo de secretário-geral adjunto da Mesa, em que o consultor afirma não ter concedido entrevistas a veículos de comunicação.

Conforme notícias divulgadas pela imprensa, Santi teria pedido demissão porque o corpo técnico do Senado estaria sendo pressionado a agir favoravelmente ao presidente da Casa, no processo contra ele no Conselho de Ética.

Renan Calheiros fez a declaração da cadeira da presidência da Mesa, durante a sessão plenária, depois de questionado pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

– Nunca permiti que usassem a máquina do Senado para be-

neficiar ninguém, muito menos seu presidente. Eu não conheço o senhor Marcos. Ele não estava com nenhuma demanda neste processo. Não pedi parecer a ninguém. O senador Leomar Quintanilha pediu um parecer à Consultoria Geral do Senado, mas esse servidor não foi de-

mandado em nenhum momento – sustentou Renan.

O presidente do Senado lembrou que, desde a instauração do processo contra ele no Conselho de Ética, passou tudo que se refere à investigação ao vice-presidente, senador Tião Viana (PT-AC).

– Pedi inclusive que o Ministé-



Senadores ouvem Renan, que desmente acusações de uso da máquina do Senado

rio Público me investigasse para que eu apresentasse as provas da verdade, fazendo uma inversão do ônus da prova – afirmou.

A seguir, já com a sessão sob a presidência de Tião Viana, José Agripino (RN), líder do DEM, defendeu a votação aberta dos relatórios no Conselho de Ética.

Renan Calheiros disse ver virtudes no voto aberto, mas observou que sua concordância maior é “com a Constituição e o regimento” do Senado.

Demostenes Torres (DEM-GO) informou ter conversado com Marcos Santi, o qual teria dito que não sofreu “pressão direta”. Conforme o senador, a Consultoria e a Advocacia do Senado foram orientadas “a produzir peças de determinadas formas”.

Já o senador Renato Casagrande, um dos relatores do caso no

Conselho de Ética, comunicou que o consultor afirmou a ele e à também relatora Marisa Serrano que se sentiu pressionado e, por isso, decidira pedir demissão.

Por sua vez, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) sustentou que “todo esse tumulto” foi provocado “pela permanência do senador Renan na cadeira de presidente”.

– O Senado todo deve ir amanhã ao Conselho de Ética para garantir que seus integrantes votem com consciência – declarou.

José Nery (PSOL-PA) opinou que o presidente da Casa “insultou a todos” ao dizer que o seu processo “é esquizofrênico”. Romeu Tuma (DEM-SP), que é corregedor do Senado, informou ter tomado depoimento do consultor Marcos Santi e pedido a gravação para apresentá-la aos senadores.

Proposta de emenda à Constituição que aumenta um ponto percentual no FPM é acolhida de manhã na Comissão de Justiça e à noite no Plenário

Acolhida indicação de Carlos Alberto Direito para o STF

Com 61 votos favoráveis, 2 votos contrários e uma abstenção, o Plenário aprovou ontem a indicação do ministro Carlos Alberto Menezes Direito, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em vaga decorrente da aposentadoria de José Paulo Sepúlveda Pertence. A indicação, feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, havia sido aprovada pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A atuação profissional de Menezes Direito foi saudada pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Francisco Dornelles (PP-RJ). Mercadante lembrou a carreira consistente do magistrado, que foi um dos principais entusiastas do Código de Defesa do Consumidor. Já Flexa Ribeiro destacou que o ministro, que fez sua carreira no Rio de Janeiro, será o primeiro paraense a ocupar o cargo de ministro do STF. Por sua vez, Dornelles elogiou a atuação de Direito como secretário de Educação do Rio de Janeiro.

Também saudaram o novo ministro do STF os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Marconi Perillo (PSDB-GO), Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Nery (PSOL-PA).

Novos ministros do TST são elogiados por senadores

As indicações dos juízes Pedro Paulo Manus, Fernando Ono e Guilherme Bastos para o cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) foram acolhidas ontem pelo Plenário.

A mensagem que tratou da indicação de Manus foi relatada por Aloizio Mercadante (PT-SP), que destacou a carreira do magistrado como professor.

Relator da indicação de Fernando Ono, Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que seu nome foi aprovado por unanimidade na Comissão de Justiça. Já Serys Slhessarenko (PT-MT), relatora da indicação de Guilherme Bastos, disse ser ele um juiz “que sempre se preocupou em garantir que a Justiça esteja ao alcance de todos”.

Senado aprova mais recursos para municípios

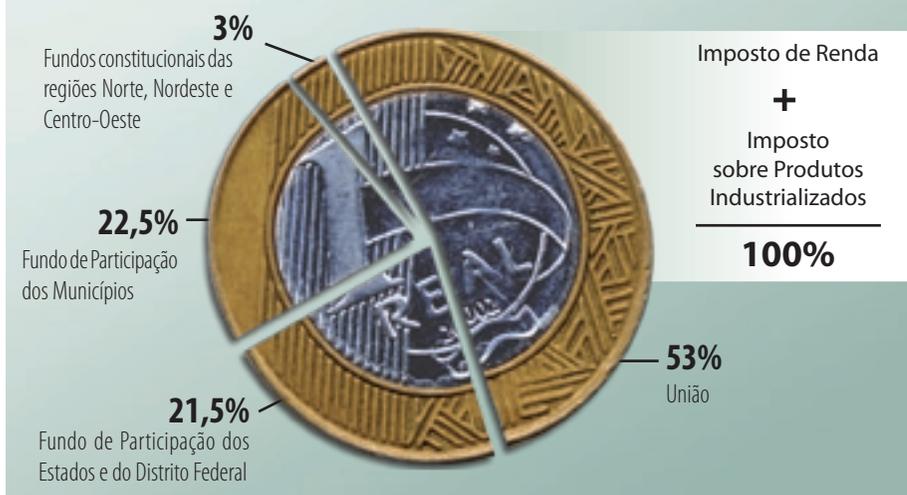
O Senado Federal aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 75/07, que aumenta os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O FPM, hoje composto por 22,5% da arrecadação total da União com o Imposto de Renda (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), passa, com a PEC, a receber 23,5% de ambas as arrecadações. Estima-se que o aumento dará mais R\$ 1,8 bilhão ao FPM.

A matéria, que altera o artigo 159 da Constituição federal, teve parecer favorável aprovado pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir de relatório apresentado pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR). Para sua aprovação no Plenário, houve acordo de líderes tanto para realizar, em seqüência, as cinco sessões extraordinárias para discussão e votação em primeiro turno; a quebra de interstício de três dias entre o primeiro e o segundo turno; e a realização, também em seqüência, de três sessões de discussão em segundo turno, para que então a votação pudesse ser concluída.

A votação, em primeiro turno, teve unanimidade de 58 votos. Em segundo turno, foram 57 votos, todos também a favor. Para sua aprovação, a PEC necessitava de 49 votos. A sessão foi presidida pelo senador Efraim Morais (DEM-PB). A emenda constitucional será promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão solene do Congresso.

Como é hoje

O que prevê a Constituição sobre os recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados



Durante a ordem do dia da sessão ordinária, pouco antes, os senadores Expedito Júnior (PR-RO), Renato Casagrande (PSB-ES), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mário Couto (PSDB-PA) pediram que a PEC fosse votada. Jucá explicou que era preciso haver acordo de lideranças para a realização das sessões extraordinárias e para a quebra do interstício previsto na Constituição.

Ao responder a Jucá, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que concordava com a votação ainda ontem.

– É bom que se registre a luta de muitos anos dos prefeitos, a perda de receita que tiveram durante todo esse tempo em que foram jogados para uma posição secundária.

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), também admitiu a antecipação.

– Se o relator está em condições, eu, pelo meu partido e pelos prefeitos do Brasil, estou

absolutamente de acordo com quebra de interstício e a realização de sessões, para fazer aquilo que o presidente ainda não cumpriu – frisou, lembrando que o aumento foi prometido em maio pelo presidente Lula a prefeitos de todo o Brasil, reunidos em Brasília na Marcha dos Prefeitos.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que os municípios ainda não receberam o aumento “por carência de ação do governo”.

A líder do Bloco de Apoio ao governo, Ideli Salvatti (PT-SC), apoiou a quebra de interstícios. Lembrou que a matéria não foi votada na Câmara porque ela estava no bojo da reforma tributária, “que não andou”.

Também manifestaram seu contentamento com a aprovação da PEC os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Rosalba Ciarlini

(DEM-RN), Jayme Campos (DEM-MT), Demostenes Torres (DEM-GO), Marconi Perillo (PSDB-GO), Raimundo Colombo (DEM-SC), Neuto de Conto (PMDB-SC), Kátia Abreu (DEM-TO), Heráclito Fortes (DEM-PI), César Borges (DEM-BA), José Nery (PSOL-PA) e Mão Santa (PMDB-PI).

Prefeitos no Senado

Prefeitos de todo o país estiveram mobilizados, ontem, no Auditório Petrônio Portela, do Senado, com o intuito de chamar a atenção do Congresso Nacional para a situação precária das prefeituras.

De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, o aumento de um ponto percentual do FPM não chega a ser a solução para os prefeitos, mas já é um avanço para atingir os 15% dos recursos previstos para a Saúde. Segundo ele, com a aprovação da proposta no Senado, os municípios receberão a mais, em 2008, R\$ 1,8 bilhão.

No encontro, a confederação também lançou a campanha “Saúde, essa luta é dos municípios! EC 29, regulamentação já!”, para pressionar o governo a aprovar o Projeto de Lei Complementar 01/03. A proposição regulamenta a Emenda Constitucional 29, que trata do financiamento da Saúde nos três níveis de governo. Outros itens da pauta de reivindicações organizada pela CNM são a prorrogação da CPMF e a regulamentação do piso nacional dos professores e do pagamento dos precatórios.



Os senadores Romero Jucá (E), ao lado de Cícero Lucena, e Serys Slhessarenko ouvem pronunciamento de Paulo Ziulkoski no Auditório Petrônio Portela



Processos devem chegar ao Supremo já na fase de julgamento, sugere Garibaldi

Garibaldi quer mudanças no Código de Processo Penal

Um dia após o Supremo Tribunal Federal (STF) determinar a abertura de ação penal contra os 40 acusados de envolvimento com o mensalão, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu mudanças no Código de Processo Penal para dar celeridade a esse julgamento.

A idéia é criar juízos de instrução, a exemplo do sistema adotado pelo tribunal do júri, que ficariam encarregados de colher provas, ouvir acusados e testemunhas. O processo só chegaria ao STF na fase de julgamento.

– Precisamos analisar o tema com a mesma responsabilidade e eficiência com que a CPI [dos Correios] apresentou provas ao Supremo – opinou.

Ao propor uma reflexão sobre o significado político da decisão do STF, o peemedebista considerou que a Suprema Corte, a despeito das críticas ao foro privilegiado e ao seu suposto despreparo para tratar da ação penal originária, deu um exemplo a todos os juízes. E fez elogios à presidente do STF, ministra Ellen Gracie, e ao relator do processo do mensalão, ministro Joaquim Barbosa, pela postura de equilíbrio e eficiência demonstrada na análise da denúncia.

Quanto ao papel do Congresso Nacional nesse episódio, Garibaldi julgou ter sido um exemplo de eficiência e presteza, trabalho que acabou fundamentando a denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, contra os 40 acusados.

Na avaliação do senador, a CPI dos Correios mostrou destreza “ímpar” ao recolher provas e inquirir testemunhas que tinham algo a esclarecer sobre a denúncia de existência de um esquema de intermediação de favores financeiros a parlamentares em troca de apoio ao governo.

Indenização às pessoas que foram internadas e isoladas tem acolhimento geral. Jucá promete negociar com o governo a extensão do benefício às vítimas do césio 137 em Goiás

Pensão a hansenianos é aprovada em Plenário e volta à Câmara

Apesar do acolhimento geral no Senado à medida provisória que concede pensão especial a vítimas da hanseníase submetidas a isolamento e internação compulsórios, uma questão técnica determinou seu retorno à Câmara. O relator-revisor no Senado, Tião Viana (PT-AC), rejeitou emenda da Câmara incorporada ao projeto de lei de conversão (PLV 24/07) aprovado naquela Casa. Agora, a Câmara dará o voto final à proposição (MP 373/07) e a encaminhará à sanção presidencial.

Durante a discussão e votação do projeto, ontem, Tião Viana observou que a medida se inspirou em projeto de lei de sua autoria, que estabelecia compensação idêntica aos hansenianos.

– A indenização sanitária aos hansenianos é o resgate de uma dívida de 500 anos – destacou.

Segundo o relator, sua matéria – que já tinha sido aprovada no Senado e tramitava na Câmara – sensibilizou tanto o governo que o presidente Lula resolveu agilizar a reparação desses danos por meio de medida provisória.



Tião Viana: indenização aos hansenianos é o resgate de uma dívida de 500 anos

A iniciativa prevê pensão vitalícia e intransferível, no valor de R\$ 750 mensais, aos internados em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986, e deve beneficiar cerca de 3 mil ex-internos. Embora uma norma internacional determinasse o fim do isolamento em 1959, a prática continuou no país até meados da década de 1980. A pensão será paga pelo INSS e deve demandar R\$ 27 milhões anuais dos cofres públicos. A proposta cria ainda a Comissão Interministerial de Avaliação para emitir parecer prévio sobre os

pedidos de pensão.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) protestaram contra a viabilização do benefício via MP. Ideli Salvatti (PT-SC) respondeu que a urgência e a relevância do assunto justificariam a apresentação dessa medida provisória.

Marconi Perillo (PSDB-GO) e Demostenes Torres (DEM-GO) reivindicaram o acolhimento, na MP 373/07, de três emendas de Lúcia Vânia (PSDB-GO) estabelecendo indenização para as vítimas da radiação pelo césio 137 em Goiás. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a negociar o pleito junto ao governo federal.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI), João Pedro (PT-AM), Magno Malta (PR-ES) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) parabenizaram Tião Viana pela iniciativa. Já Valdir Raupp (PMDB-RO) e Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitaram que, ao lado dessa reparação, o governo federal invista em unidades de saúde que tratam a doença.

Governo lança livro sobre vítimas do regime militar

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem, durante solenidade no Palácio do Planalto, o primeiro documento oficial do governo reconhecendo que os órgãos de repressão do regime militar pós-64 foram responsáveis por mortes e desaparecimentos de militantes de esquerda.

O trabalho, de 500 páginas, apresenta fotos de 479 mortos e desaparecidos entre 1961 e 1988, com dados pessoais de cada um, uma pequena biografia, com a descrição de suas ações políticas e como aconteceu sua prisão, perseguição e morte. O livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade* foi preparado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – presidida por Marco Antônio Barbosa – e editado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Participaram da cerimônia parentes de perseguidos políticos; os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Arlindo Chinaglia; a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff; os



Chinaglia, Lula, Renan, Dilma Rousseff, Genro, Barbosa e Vannuchi na solenidade

ministros da Justiça, Tarso Genro, e da Defesa, Nelson Jobim; os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA), Inácio Arruda (PCdoB) e Augusto Botelho (PT-RR); e o ex-senador João Capiberibe, entre outros.

Em discurso, o ministro Paulo Vannuchi, da SEDH, afirmou que o objetivo do livro, resultado de 11 anos de trabalho da comissão (de 1995 a 2006), é reconhecer

publicamente a responsabilidade do governo pelas mortes e desaparecimentos, restaurar a verdade e permitir o pagamento de indenizações. Disse ainda que outro objetivo, ainda não totalmente alcançado, é ajudar na localização de outros 140 corpos.

Na solenidade, o presidente Lula declarou que “o livro não é um ponto final na procura, e o trabalho continuará”.



Kátia Abreu quer ajuda federal aos agricultores atingidos pela estiagem

Kátia Abreu pede apoio para Tocantins enfrentar a seca

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) voltou a pedir ajuda ao governo para enfrentar a seca no Tocantins. No estado não chove há 160 dias, informou, e vários municípios estão em estado de emergência, com prejuízos na pecuária e na produção agrícola. Kátia Abreu apelou por providências ao ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima.

Segundo ela, cerca de 15 mil pessoas foram afetadas pela seca. O povo sobrevive à custa de cestas básicas e de água distribuída pelo governo estadual por carros-pipa. Os municípios de Paranã, Conceição, Arraias, Taipas e Ponte Alta do Bom Jesus estão em situação mais precária e não têm água potável.

– A seca castiga o povo, a produção e o rebanho – afirmou, pedindo renegociação de dívidas de pequenos agricultores.

Quintanilha e Casagrande debatem aquecimento global

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Renato Casagrande (PSB-ES) participaram ontem do segundo dia do seminário “Aquecimento Global – A Responsabilidade do Poder Legislativo no Estabelecimento de Práticas Ambientais Inovadoras”.

Quintanilha, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, coordenou o debate “Aspectos Particulares – Problemas e Soluções”, que contou com a presença, entre outros, do presidente do Instituto Ethos, Ricardo Young.

Casagrande, relator da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, dirigiu a mesa “Perspectivas Normativas em Âmbito Internacional”, da qual participaram representantes do Greenpeace e do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O seminário, realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, termina hoje.

Benefícios ao ambiente com o aumento do uso do etanol e manutenção de áreas para cultivos alimentares foram alguns dos aspectos debatidos durante a audiência

Especialistas apóiam ampliação das plantações de cana-de-açúcar

Os especialistas convidados para a audiência pública realizada ontem pela Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) – apóiam a ampliação da produção de cana-de-açúcar e da utilização de etanol (álcool etílico) como combustível alternativo ao petróleo.

O debate teve por objetivo discutir o impacto da produção de etanol no meio ambiente e foi realizado em atendimento a requerimento de autoria do senador João Tenório (PSDB-AL), presidente da subcomissão. Participaram dos debates Laura Tetti, consultora da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única); Luiz Cortês, professor de Engenharia Agrícola da Unicamp; Manoel Régis Lima Verde Leal, doutor do Centro Nacional de Energia Alternativa; e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

Para Laura Tetti, a cana é uma das atividades que apresenta o

mais baixo índice de erosão do solo. Ela fez uma comparação entre a cana e a soja, afirmando que esta última, tida como símbolo da modernidade, apresenta um nível de erosão do solo 62 vezes maior do que o da cana.

Manoel Leal também defendeu o uso do etanol como combustível, mas alertou para consequências da ampliação do plantio de cana, como o grande número de empregos que podem ser elimi-

nados, em especial os de baixa qualidade, devido à mecanização e tecnologia a serem desenvolvidas. Para resolver essa questão, ele sugeriu treinamento de pessoal para adaptação a empregos mais técnicos.

Já Fernando Gabeira observou que é possível plantar cana para produção de etanol e outros produtos agrícolas para a produção de alimentos, tais como feijão e milho.



Laura Tetti, Tenório e Neuto, durante audiência na Subcomissão dos Biocombustíveis

Setor deve enfrentar aumento da demanda por etanol

O Brasil produz 17 bilhões de litros de etanol por ano, e, em 2010, terá um consumo adicional de 7 bilhões de litros desse combustível, informou Laura Tetti. A produção brasileira de cana-de-açúcar, segundo a consultora, é de 500 milhões de toneladas ao ano, sendo que 48% vão para o mercado interno e externo e os outros 52% são destinados à produção de álcool. Atualmente, informou, o Brasil utiliza 2,7 milhões de hectares para produzir o etanol.

A substituição da gasolina nos carros flex-fuel, com consumo adicional de sete bilhões de litros de etanol, observou, deverá reduzir a emissão de 49 milhões de toneladas de CO² ao ano.

Os benefícios ambientais do uso do etanol também foram destacados por Luiz Cortês. Para o professor, a questão da elevação da temperatura do planeta estará presente na agenda, aumentando a importância dos esforços por opções adequadas.

Subcomissão vai debater produção de biodiesel

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis aprovou requerimentos para a realização de duas audiências públicas: uma sobre a produção nacional de biodiesel e a outra sobre condições da rescisão do contrato de trabalho de 1.180 empregados da empresa Pará Pastoril e Agrícola. A data das audiências ainda será marcada.

O debate sobre a produção de biodiesel foi proposto por César Borges (DEM-BA) e os convidados para o evento são a presidente da BR Distribuidora, Maria da Graça Foster, e o especialista em biodiesel Univaldo Vedana.

A sugestão para a segunda audiência foi feita por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO). Devem ser convidados, entre outros, o auditor do Ministério do Trabalho Humberto Célio e representantes da Delegacia Regional do Trabalho.

Senadores apontam vantagens para a recriação do IAA

A recriação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi defendida ontem pelos senadores da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis. Eles acreditam que a medida contribuirá para organizar o setor sucroalcooleiro e estabelecer políticas com objetivo de desconcentrar as áreas de produção de cana no país.

Para o presidente do colegiado, senador João Tenório (PSDB-AL), houve um retrocesso no setor após a extinção do IAA, com uma intervenção excessiva do governo e concentração da produção de cana no Sudeste, em detrimento do Nordeste.

Jonas Pinheiro (DEM-MT) também defendeu a recriação do IAA, ao destacar os problemas para o transporte de álcool em Mato Grosso.

Já o senador César Borges criticou a falta de políticas para o setor e Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da CRA, destacou a importância do setor agrícola para o país.



Jose Antonio Navea (D) e Efraim destacam importância da parceria para o Legislativo

Efraim e representante do BID discutem empréstimo ao Interlegis

O diretor nacional do Programa Interlegis, senador Efraim Morais (DEM-PB), reuniu-se ontem com Jose Antonio Navea, especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Modernização do Estado. Um dos assuntos do encontro foi a tramitação da Mensagem do Senado Federal 122/07, que trata do empréstimo de US\$ 16,1 milhões do BID para a segunda fase do Interlegis. Essa matéria foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aguarda votação em Plenário.

O Interlegis foi criado em 1997 para interligar o Legislativo brasileiro em seus três níveis – federal, estadual e municipal. Estima-se que o programa alcançou em sua primeira fase cerca de quatro mil câmaras municipais. Entre os ser-

viços oferecidos pelo Interlegis estão, por exemplo, o acompanhamento eletrônico do processo legislativo e cursos de redação de projetos de lei.

O representante do BID ressaltou que um dos objetivos do programa é permitir que os vereadores ampliem seus conhecimentos sobre a elaboração de orçamentos “e, principalmente, possam cumprir sua função de fiscalizar o Executivo”.

Efraim ressaltou que “sem a parceria o Interlegis não existiria”, e afirmou que sua expectativa é que o empréstimo seja aprovado pelo Senado até o fim de setembro. Nessa segunda fase, a meta, segundo o senador, é atingir todos os municípios brasileiros nos próximos dois anos.

Agaciel anuncia concurso para o Senado e elogia órgãos da Casa

Ao discursar no segundo dia da programação comemorativa dos dez anos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Conselho Editorial do Senado, e dos seis anos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, anunciou a realização de concurso público, ainda em 2007, para preencher dezenas de cargos na Casa.

Agaciel manifestou sua satisfação com a Secretaria de Comunicação Social que, observou, por meio do trabalho de seus veículos – Agência, **Jornal**, Rádio e TV Senado – tornou a Casa conhecida do grande público, conscientizando a opinião pública sobre sua importância para a democracia do país.

–É através do número 0800 que recebemos as sugestões e críticas da população sobre nosso trabalho de divulgação das atividades e projetos da Casa, em especial sobre a cobertura ao vivo e em tempo real feita pela TV Sena-



Agaciel parabeniza Conselho Editorial, ILB e Unilegis, e elogia setor de comunicação

do, um verdadeiro *reality show* – observou.

O diretor-geral destacou a relevância do programa de aperfeiçoamento dos funcionários, levado adiante pelo Instituto Legislativo Brasileiro. Falou ainda da importância do Programa Interlegis e destacou o caráter pioneiro da Unilegis, ao promover ações nos campos educacional, de pesquisa e extensão, além de realizar estudos das questões estratégicas e relevantes do país.

Presidente que “saiu da vida para entrar na história” recebe homenagens com base em requerimento dos senadores do Partido Trabalhista Brasileiro

Senado lembra 53 anos da morte de Getúlio Vargas

O Plenário do Senado prestou ontem uma homenagem ao ex-presidente Getúlio Vargas, pela passagem do 53º aniversário de sua morte. O requerimento é de autoria dos senadores Epiácio Cafeteira (MA), Sérgio Zambiasi (RS) e Mozarildo Cavalcanti (RR), além de outros senadores representantes do Partido Trabalhista Brasileiro na Casa.

Getúlio Vargas governou o Brasil a partir de 1930, depois de ajudar a depor o então presidente Washington Luís. Desta data até 1934, foi presidente provisório; de 1934 a 1937, presidente eleito indiretamente pelo Congresso Nacional; de 1937 a 1945, chefiou o Brasil como ditador, até ser deposto pelas Forças Armadas. Em 1951, retornou ao poder, como presidente eleito pelo voto direto, governando até sua morte em 1954.

Em 1954, ocorreu o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, encomendado por Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal do presidente. Preso, pouco tempo depois Fortunato foi assassinado na penitenciária. A crise surgida a partir do atentado levou Getúlio Vargas a se suicidar em 24 de agosto daquele ano, deixando uma carta-testamento em que dizia: “Saio da vida para entrar na história”.

Getúlio Vargas foi responsável pela criação de empresas como a Petrobras, a Usina de Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ainda foi sob sua gestão que o voto tornou-se universal e secreto e que surgiu a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor até hoje. Getúlio também instituiu o salário mínimo nacional e ficou conhecido como “pai dos pobres”, por instaurar a proteção no trabalho.

Os parlamentares enfatizaram, em seus discursos, o quanto as análises sobre Vargas podem ser variadas e contraditórias e o quanto o ex-presidente foi popular, considerado um “estadista, corajoso e generoso”, apesar de “ditador e autoritário”.



Getúlio governou o país até sua morte em 1954

Inerção/fotomagem

TIÃO VIANA

Herança inclui Petrobras, Vale e CSN

Tião Viana (PT-AC) destacou, entre os grandes feitos do estadista, a criação da Petrobras, da Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional, além do lançamento das bases da futura Eletrobrás.

O senador também frisou que foi Getúlio Vargas quem introduziu no país as leis trabalhistas e uma série de direitos sociais aos quais os brasileiros, até então, não tinham acesso. Tião Viana criticou o “alto poder de destruição” e a “sanha denunciadora” das oposições que Getúlio enfrentou.

EPITÁCIO CAFETEIRA

Desconhecimento do passado

Epiácio Cafeteira (PTB-MA) disse estar perplexo “ante o desconhecimento da figura de Getúlio Vargas por considerável parcela da população brasileira”.

– Ainda mais grave que o fato em si é a certeza de que se generaliza entre nós o despreço em relação ao passado, perigoso fenômeno que atinge, preferencialmente, os mais jovens – lamentou Epiácio Cafeteira, ao comentar uma pergunta feita a ele por um médico há 15 dias, interessado em saber o que Getúlio havia feito pelo Brasil.

MESQUITA JÚNIOR

Justiça Eleitoral e leis trabalhistas

Mesquita Júnior (PMDB-AC) ressaltou a herança deixada por Getúlio Vargas, como a instituição da Justiça Eleitoral e a adoção do sistema de representação proporcional, tirando das mãos do Poder Executivo a organização e realização das eleições. Somam-se a isso o Código Eleitoral de 1932, a legislação trabalhista, a criação do Ministério do Trabalho, a organização sindical e a modernização das relações do trabalho urbano, assim como a preocupação de Vargas em superar o velho modelo econômico.

MOZARILDO CAVALCANTI

Incorporação da massa popular

O maior feito de Getúlio Vargas foi, ao mesmo tempo em que criava as condições para a industrialização do Brasil, dotar o país de uma legislação social com o objetivo de proteger o trabalhador: a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A opinião foi manifestada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

– Getúlio compreendeu, com a clarividência que somente os grandes estadistas costumam possuir, a necessidade de incorporar as massas populares ao novo Brasil que se pretendia construir.

PEDRO SIMON

A corrupção está crescendo

Depois do imperador dom Pedro II, o presidente Getúlio Vargas foi o maior estadista que o país já teve. A constatação partiu de Pedro Simon (PMDB-RS). O senador acredita que a passagem do tempo permitiu constatar que denúncias sobre “o mar de lama”, em que supostamente o governo se afundava, eram falsas.

– Hoje, a corrupção está crescendo entre nós e basta ver o resultado da sessão histórica do Supremo Tribunal Federal, nessa terça-feira [28], para vermos que chegamos ao fundo do poço – declarou Simon.

EDUARDO AZEREDO

Bases do desenvolvimento

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) relembrou medidas tomadas por Getúlio que, em sua opinião, propiciaram ao Brasil lançar as bases de seu desenvolvimento econômico e social. Para Azeredo, os esforços de industrialização adquiriram maior significado em virtude da conjuntura econômica mundial desfavorável a partir dos anos 30. Azeredo lembrou que o ex-presidente, defensor ardoroso dos interesses nacionais, foi suficientemente pragmático para entender que o desenvolvimento não pode prescindir de capitais estrangeiros.

ARTHUR VIRGÍLIO

Defesa de reformas estruturais

Getúlio Vargas defenderia, hoje, as reformas estruturais na sociedade brasileira, segundo Arthur Virgílio (PSDB-AM), para quem trata-se de um “equívoco rematado” dizer que a reforma das leis trabalhistas seria uma traição a Getúlio Vargas.

– Como se pudesse valer para hoje e amanhã aquilo que foi um avanço do ontem – frisou Arthur Virgílio.

Para o senador, as leis trabalhistas caducaram e hoje dificultam a criação de empregos e, por conseguinte, o acesso ao mercado de trabalho.

ALOIZIO MERCADANTE

Marca na história do Brasil

A era Getúlio Vargas “não foi um período qualquer”, disse Aloizio Mercadante (PT-SP), frisando que o presidente – com seus aspectos contraditórios – deixou sua marca para sempre na história do Brasil com uma contribuição imensa ao grande saldo industrializante, à constituição do Estado nacional, à formação do mercado de trabalho e a um projeto nacional desenvolvimentista. Mercadante afirmou que a Revolução de 30, liderada por Getúlio, transformou o Estado, a economia e a sociedade brasileira.

MÃO SANTA

Diferença dos “aloprados do PT”

O exemplo de comportamento deixado por Getúlio Vargas foi exaltado por Mão Santa (PMDB-PI). Ele lembrou que o presidente não tinha sequer uma geladeira e, ao contrário dos “aloprados do PT”, não levou asfalto e luz elétrica à sua fazenda em São Borja e não roubou. Mão Santa disse ter conhecido Getúlio em 1950, quando o presidente fez um comício em Luís Correia, no Piauí. “Getúlio me encantou. Ele disse que, se eleito fosse, construiria o porto de Amarrão. O Lula foi lá, prometeu e não cumpriu nada”, afirmou.

PAULO DUQUE

Recordação dos momentos finais

Fim da noite de 23 de agosto de 1954. O presidente Getúlio Vargas reúne-se com todo o seu ministério e pede sugestões para aplacar a grave crise que atinge seu governo. Como não houve consenso, ele encerrou a reunião e recolheu-se aos seus aposentos no Palácio do Catete. Madrugada do dia seguinte, 24 de agosto: um tiro seco é ouvido pelos que ainda estão no palácio. Getúlio está morto. O senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que era estudante naquela época, relembrou os últimos momentos da vida do ex-presidente.

Segue para o Plenário projeto que regulamenta aprendizado profissional para estudantes do ensino médio e superior, a partir de 16 anos de idade

Comissões aprovam proposta que limita estágio a 30 horas

Substitutivo à proposta que regulamenta o estágio profissional, que tramita em regime de urgência constitucional, foi aprovado ontem, por unanimidade, nas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS), e seguirá para o Plenário.

Elaborado por Ideli Salvatti (PT-SC), relatora na CAS, e por Raimundo Colombo (DEM-SC), relator na CE, o substitutivo mantém o objetivo principal do Projeto de Lei da Câmara 44/07, de autoria do Poder Executivo, que é regulamentar o estágio de estudantes do ensino médio e superior nas empresas.

De acordo com o texto, os estudantes do ensino superior, da educação profissional, do ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade presencial e profissional de educação de jovens e adultos, poderão, a partir dos 16 anos de idade, participar de estágios de no máximo 30 horas semanais.

Para a elaboração da proposta, Ideli realizou reuniões com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Conforme Raimundo Colombo, que se reuniu com esse mesmo objetivo com técnicos do Ministério da Educação e com representantes de entidades envolvidas no assunto, o projeto interessa a cerca de 1 milhão de estudantes que cumprem estágio

profissional no Brasil e a outros quase 10 milhões que aguardam uma oportunidade.

De acordo com a proposta, as empresas terão que oferecer ao estagiário seguro contra acidente, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado. Por sugestão de Flávio Arns (PT-PR), a lei também se aplica aos educandos com deficiência e aos estagiários estrangeiros matriculados em instituições de ensino no Brasil.

Os chamados agentes de integração – empresas ou organizações não-governamentais cuja função é intermediar a contratação de estagiários pelas empresas – não poderão cobrar qualquer valor dos estudantes a título de remuneração por esses serviços, segundo o substitutivo.

A reunião conjunta de ontem foi presidida pela vice-presidente

da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Projeto pedagógico

Raimundo Colombo destacou que o projeto, ao determinar o número máximo de 30 horas semanais, também contribui para impedir que as empresas usem o estágio a fim de evitar a contratação de trabalhadores regulares.

O senador observou que é uma importante inovação o fato de o projeto definir que o estágio, mesmo como atividade não-obrigatória, deve fazer parte do projeto pedagógico do curso.

Na opinião do relator na CE, também é importante a previsão de 30 dias de recesso, preferencialmente coincidentes com as férias escolares, caso o estágio tenha duração igual ou superior a um ano. Se for inferior, o recesso deve ser proporcional.



Rosalba (E), Adelmir Santana, Colombo e Ideli em reunião conjunta da CE e da CAS

Meia-entrada será tema de debate em subcomissão

Projeto que dispõe sobre o pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos será tema de debate, na próxima quarta-feira, na Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação. O debate foi requerido por Flávio Arns (PT-PR), autor do projeto (PLS 188/07).

– Não há regulamentação em nível nacional para espetáculos artísticos. Existem leis municipais e estaduais declaradas inconstitucionais, o que acaba provocando uma grande confusão – argumentou Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Na reunião de ontem, a comissão aprovou ainda a realização de

duas audiências para discutir o projeto que trata da regionalização da programação cultural, artística e jornalística, e da produção independente nas emissoras de rádio e televisão (PLC 59/03).

Para a primeira audiência serão convidados o cineasta e produtor Fernando Meirelles; o vice-presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste, Wolney Oliveira; o coordenador-geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema, Jorge Peregrino; e a diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema (ABPC), Assunção Hernandes. Para a segunda, está prevista a participação da ex-deputada Jandira Feghali, autora do proje-

to; do presidente da Fundacine, Cícero Aragon; do presidente da TV Record, Alexandre Raposo; do jornalista da TVE Alberto Dines; e do presidente da TV Cultura, Paulo Markum.

Durante a reunião foi aprovado também requerimento de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) solicitando audiência para subsidiar a discussão de projeto de sua autoria (PLS 280/07) sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico.

A subcomissão aprovou ainda requerimento de audiência sobre direitos autorais nas áreas de cinema e música e o desempenho do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).



Em audiência na CCT: Sardenberg (E), Wellington Salgado, Manoel Santana e Müller Chaves

Estudo sobre desagregação de redes de telecomunicações será acelerado

Os estudos sobre a desagregação de redes de telecomunicações que estão sendo realizados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) serão acelerados, e o assunto tratado com um viés mais decisório. Foi o compromisso assumido pelo presidente da agência, Ronaldo Mota Sardenberg, junto aos participantes da quarta audiência pública sobre o tema “Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica”, promovida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Durante o debate, os participantes defenderam a adoção de mecanismos de proteção à concorrência no mercado de telecomunicações, especialmente após a chegada da convergência tecnológica, que permitirá o acesso a conteúdos audiovisuais por distintos meios, como televisores, celulares e computadores. Segundo eles, a desagregação permitiria o uso das atuais redes por outras empresas, além das grandes concessionárias de telecomunicações. Sardenberg considerou “muito bem-vindo” o interesse demonstrado pelo assunto.

– Já existe um esforço na Anatel para estudar a desagregação, e não há prazo definido para a conclusão dos estudos, mas não se pode excluir que esse prazo seja adotado – afirmou Sardenberg, ao responder a questionamento feito pelo autor do requerimento para a realização da audiência, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Prestadoras de Serviço de Comunicação Multimídia, Manoel Santana Sobrinho, mais de 3.500 cidades brasileiras não contam com o serviço de banda larga ADSL, para acesso à internet, apesar de serem atendidas por cabeamento telefônico. Ele disse temer que o

ambiente de convergência amplie o monopólio das concessionárias para a área de distribuição de conteúdo audiovisual.

A desagregação de redes poderá trazer mais concorrência ao setor, na opinião do presidente-executivo da Associação Brasileira dos Prestadores de Serviços de Telecomunicações Competitivas, Luís Cuza. Ele afirmou que a estratégia de controle da chamada “última milha” – que leva as redes às residências e às empresas – poderá aprofundar as ineficiências do setor, responsáveis pelo alto custo da banda larga no país.

Por sua vez, o presidente da Associação Paulista de Cineastas, Ícaro Cataldi Martins, defendeu a separação – já estimulada em países como os Estados Unidos – das funções de produção e distribuição de conteúdo. As redes de televisão norte-americanas, observou, reservam grande espaço à produção independente.

Os direitos dos produtores de conteúdo foram também defendidos pelo 3º vice-presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, João Carlos Müller Chaves.

Definição de papéis

Ao comentar os depoimentos, Flexa Ribeiro ressaltou a existência de um consenso sobre a necessidade de adoção de um novo marco legal para as telecomunicações. Marcelo Crivella (PRB-RJ) destacou a necessidade de se combater a concentração de poder e renda, inclusive no setor de telecomunicações.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) pediu uma definição mais clara dos papéis dos produtores e distribuidores de conteúdo, e os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticaram os altos preços cobrados atualmente no país pelo acesso à internet em banda larga.